

REDE DE SUJEITOS E INSTITUIÇÕES: OS MOVIMENTOS SOCIAIS NA RESISTÊNCIA AO AGRONEGÓCIO NA CHAPADA DO APODI, CEARÁ

NETWORKS OF SUBJECTS AND INSTITUTIONS: SOCIAL MOVEMENTS IN RESISTANCE TO AGROBUSINESS IN CHAPADA DO APODI, CEARÁ
REDE DE INDIVÍDUOS E INSTITUIÇÕES: LOS MOVIMIENTOS SOCIALES EN LA RESISTENCIA AL AGRONEGOCIO EN LA CHAPADA DO APODI, CEARÁ

<https://doi.org/10.26895/geosaberes.v15i0.1325>

RAFAELA LOPES DE SOUSA ^{1*}
CAMILA DUTRA DOS SANTOS ²

¹Doutoranda em Geografia pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual do Ceará (UECE), Campus do Itaperi, CEP: 60060-120, Fortaleza (CE), Brasil, Tel.: (+55 85) 3101.9791, rafaela_lps@hotmail.com, <http://orcid.org/0000-0003-4459-9599>

*Autor correspondente

² Professora Doutora dos cursos de Geografia da Universidade Estadual do Ceará (UECE) e do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual do Ceará (UECE), Campus do Itaperi, CEP: 60060-120, Fortaleza (CE), Brasil, Tel.: (+55 85) 3101.9791, camila.dutra@uece.br, <http://orcid.org/0000-0002-9453-5983>

Histórico do Artigo:

Recebido em 07 de Março de 2024.

Aceito em 30 de Novembro de 2024.

Publicado em 12 de Dezembro de 2024.

RESUMO

Na Chapada do Apodi, Ceará, os movimentos sociais, compostos por uma rede de sujeitos e instituições, resistem às práticas do agronegócio, as quais ameaçam sujeitos, territórios e seus bens comuns. Esses movimentos representam uma resistência, profundamente enraizada na busca por justiça social e ambiental, e lutam por um modelo de produção que seja compatível com os modos de vida das comunidades da Chapada do Apodi. Este texto objetiva analisar as conflitualidades por terra, território e água, decorrentes da territorialização do agronegócio na Chapada do Apodi, bem como visibilizar as resistências praticadas pelos movimentos sociais e entidades populares. Por conseguinte, nossa metodologia baseou-se, principalmente, em levantamento bibliográfico, construção e análise de um banco de dados, realização de trabalhos de campo, oficinas nos territórios e elaboração de mapas.

Palavras-chave: Movimentos Sociais. Conflitualidades. Resistência camponesa.

ABSTRACT

In the Chapada do Apodi, Ceará, social movements, composed of a network of individuals and institutions, resist agribusiness practices that threaten people, territories, and their common goods. These movements embody a form of resistance deeply rooted in the pursuit of social and environmental justice, striving for a production model compatible with the ways of life of the communities in the Chapada do Apodi. This text aims to analyze the conflicts over land, territory, and water resulting from the territorialization of agribusiness in the Chapada do Apodi, as well as to highlight the resistance strategies employed by social movements and grassroots organizations. Consequently, our methodology was primarily based on literature review, the creation and analysis of a database, fieldwork, workshops in the territories, and the development of maps.

Keywords: Social Movements. Conflicts. Peasant Resistance.

RESUMEN

En la Chapada del Apodi, Ceará, los movimientos sociales, compuestos por una red de sujetos e instituciones, resisten las prácticas del agronegocio que amenazan a las personas, los territorios y sus bienes comunes. Estos movimientos representan una forma de resistencia profundamente arraigada en la búsqueda de justicia social y ambiental, luchando por un modelo de producción compatible con los modos de vida de las comunidades de la Chapada del Apodi. Este texto tiene como objetivo analizar los conflictos por la tierra, el territorio y el agua derivados de la territorialización del agronegocio en la Chapada del Apodi, así como visibilizar las estrategias de resistencia empleadas por los movimientos sociales y las organizaciones populares. En consecuencia, nuestra metodología se basó principalmente en la revisión bibliográfica, la construcción y análisis de una base de datos, la realización de trabajos de campo, talleres en los territorios y la elaboración de mapas.

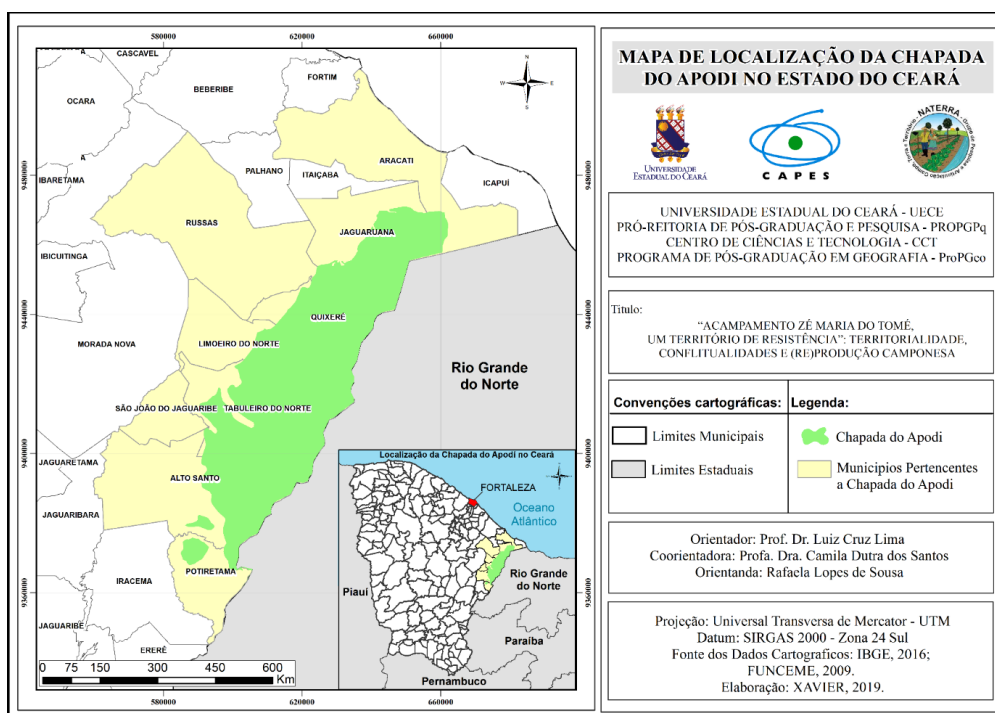
Palabras clave: Movimientos Sociales. Conflictualidades. Resistencia Campesina.

INTRODUÇÃO

Neste artigo, são analisadas as conflitualidades por terra, território e água, e que se acirraram e se ressignificaram a partir da chegada das empresas do agronegócio da fruticultura irrigada no território Chapada do Apodi, no estado do Ceará, bem como as dificuldades dos(as) camponeses(as) de se manterem em seus territórios destacando, especialmente, as formas de resistir a partir de uma teia de sujeitos e instituições que lutam contra o avanço do capital no campo. Importante destacar, inicialmente, que este artigo deriva de um dos capítulos da dissertação intitulada: “Acampamento Zé Maria do Tomé, um território de resistência”: territorialidades, conflitualidades e (re)produção camponesa na Chapada do Apodi/CE, defendida em fevereiro de 2020.

A Chapada do Apodi é uma formação montanhosa localizada na divisa entre os estados do Ceará e do Rio Grande do Norte. Para o lado do Ceará, compreende os municípios de Limoeiro do Norte, Quixeré, Tabuleiro do Norte, Alto Santo, Jaguaruana, Potiretama e Aracati, como podemos observar na figura 01.

Figura 01 – Localização da Chapada do Apodi no estado do Ceará



Elaboração: Xavier (2019); Organização: A autora (2019).

As conflitualidades (Fernandes, 2005) são evidenciadas a partir da territorialização do Perímetro Irrigado Jaguaribe-Apodi¹, na década de 1980 e, posteriormente, com o agronegócio na Chapada do Apodi, por este adotar o modelo de produção em larga escala, causando impactos negativos diversos nos povos e comunidades tradicionais que, historicamente, existem nesse território.

Dessa forma, neste manuscrito, almeja-se discutir a ascensão das resistências, a partir da organização dos movimentos sociais e de diversas entidades, que se fizeram presentes diante das estratégias de desterritorialização empreendidas pelo Estado e pelo agronegócio na Chapada do Apodi. Debate-se também sobre as dificuldades dos(as) camponeses(as) de se manterem frente aos grandes empreendimentos do agronegócio, e como muitas dessas pessoas se sujeitam ao trabalho assalariado dentro das empresas, e seguem resistindo dentro do contexto de hegemonia do capitalismo na Chapada do Apodi.

A metodologia é uma das partes mais importante de um trabalho científico, pois dá subsídio para a organização e operacionalização da pesquisa. Ademais, entende-se que a metodologia não se restringe aos procedimentos metodológicos e as técnicas de pesquisa que facilitam os levantamentos dos dados (Minayo, 2016). Compreende-se a metodologia como algo que vai além de garantir os objetivos do estudo. De acordo com Rocha (2013), que:

[...] a escolha da metodologia nos indicaria o “modo de navegar” ou talvez “modos” seja mais apropriado, pois percebemos também que não existe *uma* maneira de fazer as coisas, mas várias possíveis combinações. No caso de nossa pesquisa, desde o princípio, tivemos a clareza de que o “como” seria tão importante quanto “o que” alcançaríamos com ela (Rocha, 2013, p. 26).

Nesse sentido, a metodologia dialoga com a forma pela qual esta pesquisa foi delineada e como isso se configura na realidade dos sujeitos sociais da Chapada do Apodi. Segundo Minayo (2016), a metodologia pode ser entendida como “o caminho do pensamento e a prática exercida na abordagem da realidade” (Minayo, 2016, p. 14). Ela deve ter a empiria e o teórico enquanto pares indissociáveis.

Portanto, acrescenta-se junto à metodologia, o diálogo com os saberes populares dos(as) camponeses(as), com o intuito de contribuir para uma melhor percepção da complexidade das situações, além de estabelecer um vínculo maior com os sujeitos de nosso trabalho, formando uma trajetória baseada na Pedagogia do Território, que se constitui como uma prática construída pelo Núcleo Trabalho, Ambiente e Saúde (TRAMAS) que subverte as metodologias acadêmicas coloniais e ortodoxas, por meio da aplicação de novas práticas investigativas que estabelecem uma relação horizontal entre o(a) pesquisador(a) e os(as) sujeitos(as).

Entendemos a Pedagogia do Território como uma práxis intercultural e plurispistêmica entre os saberes de ciência, os de militância e os de experiência vivida por sujeitos nos territórios, que embasa nossas escolhas ético-epistemológicas e gesta novas formulações teóricas. Fundamenta, ainda, nossa concepção de formação acadêmica, docente e de pesquisadoras/es críticas/os, autônomas/os, solidárias/os e reflexivas/os, capazes de contribuir na construção de uma ciência e um saber emancipatórios (Rigotto, 2016). Sua perspectiva emancipatória se dá pelo intuito de politizar o debate, visibilizar situações de injustiça ambiental, e construir, de forma colaborativa, um conhecimento-emancipação (Santos, 1991), ou seja, um conhecimento que nomeie um saber solidário e prudente – baseado na ética e direcionado para a liberdade – e que destitua o saber colonizado que mantém sujeitos em situação de vulnerabilização (Leão; Melo e Rocha, 2016, p. 07).

¹ Perímetro irrigado trata-se de uma infraestrutura pública de irrigação. O Projeto Irrigado Jaguaribe-Apodi (PIJA) está localizado na Chapada do Apodi, no estado do Ceará, mais precisamente no município de Limoeiro do Norte, entre as coordenadas 5° 20' de latitude Sul e 38° 5' de longitude Oeste. Um dos órgãos vinculados à instalação e gerenciamento do PIJA é o Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS).

Ou seja, trata-se de uma metodologia de pesquisa engajada aos territórios, principalmente aqueles em situação de conflitos e conflitualidades. A partir das demandas surgidas durante os primeiros trabalhos de campo realizados na Chapada do Apodi, a metodologia foi sendo delineada de acordo com os ritmos de vida dos(as) camponeses(as), exigindo-nos uma postura subjetiva e participativa.

Por conseguinte, os procedimentos metodológicos utilizados foram: a) levantamento e leitura de material bibliográfico; b) construção de um embasamento teórico de modo qualitativo; c) construção de um banco de dados; d) trabalhos de campo no território; e) entrevistas semiabertas; f) utilização de materiais audiovisuais; g) realização de oficina no território; h) construção de mapas mentais; i) análise dos materiais coletados em campo; j) elaboração de mapas através do Sistema de Informações Geográficas (SIG).

Com isto, a partir das pesquisas realizadas, junto aos camponeses e camponesas da Chapada do Apodi, foi possível verificar que estes sujeitos possuem diversas formas de resistências que se constituem a partir de ações locais e regionais, em diálogo com diversos sujeitos que estão na luta pelos bens comuns. Nesse contexto, é que se compreende a territorialidade dos(as) camponeses(as) e as resistências que são localmente construídas. A partir disto, a ação de tais sujeitos se amplia através dos movimentos sociais, que integram grupos, instituições, organizações, universidades, igreja, etc., e que lutam na contramão do modelo hegemônico-capitalista-predatório do agronegócio.

ESTRUTURAÇÃO DO AGRONEGÓCIO NA CHAPADA DO APODI: REFLEXÕES A PARTIR DAS DISPUTAS TERRITORIAIS

As disputas e conflitualidades no espaço agrário brasileiro são processos paradigmáticos que envolvem diversos sujeitos sociais. A questão agrária no Ceará está subordinada aos moldes da concentração fundiária dominada pelos latifundiários e empresários rurais (Cavalcante, 2019). A região da Chapada do Apodi é um exemplo efetivo deste emblemático quadro de disputas territoriais, que se desdobram a partir do modo capitalista de produção, e através da expropriação e exploração da força de trabalho e da natureza.

Neste artigo, considera-se o conceito de conflitualidade como sendo essencial para compreender as questões agrárias na Chapada do Apodi, pois é a partir deste conceito que se pode analisar as contradições e os paradoxos. Para Fernandes (2004):

[...] o estado de confronto entre forças opostas, relações sociais distintas, em condições políticas adversas, que buscam por meio da negociação, da manifestação, da luta popular, do diálogo, a superação, que acontece com a vitória, a derrota, ou o empate. Um conflito por terra é um confronto entre classes sociais, entre modelos de desenvolvimento, por territórios. O conflito pode ser enfrentado a partir da conjugação de forças que disputam ideologias para convencerem ou derrotarem as forças opostas. Um conflito pode ser “esmagado” ou pode ser resolvido, entretanto, a conflitualidade não. Ela permanece fixada na estrutura da sociedade, em diferentes espaços, aguardando o tempo de volta, das condições políticas de manifestação dos direitos (p. 26).

Como percebemos, a conflitualidade, diferentemente do conflito, não consegue ser resolvida, pois ela está imbricada na sociedade capitalista. Entende-se que diversos conflitos podem cessar, mediante acordos estratégicos. Porém, na questão agrária, esses processos não cessam por completo, principalmente quando se referem a situações em que o camponês não se rende ao modelo produtivo-destrutivo que se vincula ao capitalismo. Portanto, a conflitualidade é uma propriedade dos conflitos e está relacionada, essencialmente “[...] à propriedade da terra, à renda da terra, à reprodução capitalista do capital, conseqüentemente à concentração da estrutura fundiária e aos processos de expropriação dos camponeses e assalariados” (Fernandes, 2004, p. 27).

No decorrer da análise acerca da conflitualidade, que se destaca pelas questões voltadas ao território, podemos encontrar um processo que se destaca pelas tensionalidades e pelas tensões territoriais. Segundo Vasconcelos (2015), podemos entender que:

[...] inferirmos a conflitualidade e o conflito numa perspectiva geográfica, compreendendo-os como tensionalidades e tensões territoriais num movimento dialético e, portanto, possível de ser cíclico [...]. As tensionalidades e as tensões territoriais, dessa forma, movimentam-se, por meio do embate e confronto do que se apresenta como “de fora” ao que é “de dentro”, do “novo” ao “velho”, do que se contradiz, considerando a perspectiva dialética (Vasconcelos, 2015, p. 234 - 235).

A partir do exposto, podemos compreender que as tensionalidades fazem parte do movimento de reestruturação socioespacial, processo pelo qual provoca as modificações no espaço geográfico e levam à iminência das conflitualidades, as quais se estabelecem em um determinado território a partir de disputas sendo, neste caso, protagonizado pelo território da Chapada do Apodi.

Com as políticas agrícolas implementadas a partir da década de 1970, numa lógica de modernização da agricultura, aliado à política nacional de irrigação, a Chapada do Apodi torna-se um dos espaços cearenses receptores de incentivos e investimentos do Estado, através de políticas públicas que visam sua integração na economia do estado. A agricultura local, até então baseada na agricultura familiar camponesa, passou a se desenvolver em escala comercial, tornando-se uma força motriz da economia do território, o que incentivou a ampliação de áreas irrigadas públicas e privadas, conforme destaca Cavalcante (2019).

Essa alavancada das ações do Estado na região esteve diretamente vinculada ao papel que passou a ser executado pelo Governo do Estado do Ceará, que elegeu como prioridades fomentar, a qualquer custo, a inserção e expansão do agronegócio da fruticultura em território cearense, especificamente no Baixo Jaguaribe, que reunia as condições ambientais consideradas ideias para o desenvolvimento do setor (p. 83).

A ampliação dessas áreas irrigadas deu-se através da construção de grandes perímetros irrigados: o Perímetro Irrigado Morada Nova (1968), o Perímetro Irrigado Jaguaruana (1975), o Perímetro Irrigado Jaguaribe-Apodi (1987) e o Perímetro Irrigado Tabuleiro de Russas (1992). Segundo Pontes *et al.* (2013),

A irrigação pública implantada pelo Governo Federal em todo o Nordeste tinha, principalmente, os seguintes objetivos: introduzir um novo modelo de produção agrário/agrícola nessa região, via modernização da agricultura e incentivo a culturas agrícolas de maior rentabilidade, com destaque para a fruticultura irrigada; e minimizar os conflitos agrários e desviar o debate da reforma agrária para os projetos de colonização, por meio da seleção de irrigantes para ocupar os lotes dos perímetros públicos (Pontes *et al.*, 2013, p. 3215).

Na implementação dos perímetros públicos irrigados e no curso do seu programa são observadas uma série de conflitualidades por terra e água, que se intensificaram a partir de alguns fatores, tais como: os processos de desterritorialização para a construção das infraestruturas; a seleção dos agricultores para a distribuição de lotes; e a exclusão de camponeses e de organizações do campo, revelando-se por políticas voltadas ao setor empresarial para expansão do agronegócio.

No caso do perímetro irrigado Jaguaribe-Apodi (denominado de PIJA), sua área entrou em destaque pelo relevo, pelo solo e pela disponibilidade hídrica (ADECE, 2011), além da disponibilidade de mão de obra. Nesse processo, os lugares receberam os incentivos para a reprodução do capital e ganharam novas formas, adquiridas a partir do meio técnico-científico-informacional (Santos, 2000, 2008, 2014). A Chapada do Apodi foi uma dessas áreas imersas

nos incentivos de (des)envolvimento por parte do Estado, que criou uma série de subsídios para a expansão dos novos espaços destinados a atender aos empresários do ramo do agronegócio.

Para a instalação do perímetro irrigado Jaguaribe-Apodi foi desapropriada uma área de 13.229,20ha (ADECE, 2011), conforme quadro 1. O perímetro irrigado iniciou sua implantação em 1987, e os serviços de administração, operação e manutenção da infraestrutura de uso comum tiveram seu início no ano de 1989 (ADECE, 2011). A Federação dos Produtores do Projeto Irrigado Jaguaribe-Apodi (FAPIJA) é a entidade responsável por administrar, organizar, operar e manter a infraestrutura de irrigação do perímetro.

Quadro 01 – Distribuição da área do perímetro irrigado Jaguaribe-Apodi

CARACTERÍSTICA	ÁREA
Área desapropriada	13.229,20 ha
Área de sequeiro	7.836,20 ha
Área irrigável	5.393,00 ha
Implantada	5.393,00 ha
Com produtor	2.834,00 ha

Fonte: ADECE (2011).

Na área desapropriada existiam comunidades rurais tradicionais, que viviam nesse território e sofreram processos de desterritorialização (Haesbaert, 2004; Enes; Bicalho, 2014) através dessa obra de irrigação. A desterritorialização se configura a partir das formas de expropriação dos espaços, indicando perdas concretas e materiais da terra, ameaçando a destruição dos territórios em seus amplos aspectos, tendendo a criar conflitualidades que se estabelecem e criam formas a partir da imersão de movimentos sociais no campo. Para Haesbaert (2004) a desterritorialização seria um dos sintomas de uma sociedade moderna, possuindo a essência do capitalismo, a partir do desenvolvimento da ciência e da tecnologia a ele inerente.

A área foi dividida da seguinte forma: 7.936,20 ha para sequeiro e 5.393,00 ha irrigável, que por sua vez foi dividida em: 1.143,00 ha para o projeto piloto, 1.750,00 ha para primeira etapa e 2.500,00ha para segunda etapa (Rocha, 2013). Ainda segundo dados da ADECE, as áreas estão divididas entre os seguintes usuários (quadro 02).

Quadro 02 – Usuários da área do perímetro irrigado Jaguaribe-Apodi

CATEGORIA DE IRRIGANTE	ÁREA MÉDIA (ha)	QUANTIDADE	ÁREA TOTAL (ha)
Pequeno produtor	7,85	231	1.815,00
Técnico Agrícola	-	-	-
Engenheiro Agrônomo	-	-	-
Empresa	50,95	20	1.019,00
Total	-	251	2.834,80

Fonte: ADECE (2011); Organizado pela autora (2019).

Observa-se no quadro 02 que, a área média das empresas do agronegócio ultrapassa, várias vezes, o tamanho destinado aos pequenos produtores. Porém, por conta da área total ser maior do que a soma das destinadas às grandes empresas e aos pequenos produtores, supomos que as áreas que estão designadas aos pequenos produtores também abrangem os médios, que não estão incorporados dentro da categoria de irrigante das empresas. Ainda, de acordo com o órgão citado, esse perímetro irrigado produz: banana, milho verde, melão, mamão, abacaxi, goiaba, ata, melancia, pimentão, graviola, algodão herbáceo, feijão vigna, sorgo e capim de

corte. Os sistemas de irrigação (ADECE, 2011) utilizados no perímetro são: 87,04 % da área por pivô central; 6,48 % da área por gotejamento; 6,48 % da área por microaspersão.

O abastecimento hídrico do perímetro irrigado é dado pelo rio Jaguaribe, perenizado pelo açude público federal Orós e pelo Castanhão, com derivação através da barragem de Pedrinhas, localizada em uma das vertentes do rio Jaguaribe, denominado rio Quixeré (ADECE, 2011).

Com a instalação do PIJA, ocorre a dinamização da atividade agrícola voltada para os moldes capitalistas de produção, acarretando impactos sociais, territoriais e ambientais que culminaram na elevação da concentração da propriedade da terra. Identificamos que, além da difusão do setor do agronegócio, existem territórios da agricultura camponesa que resistiram, e resistem, desde antes do processo de colonização daquelas terras.

Muitos destes territórios foram desterritorializados (ou impactados indiretamente) a partir da implantação de sistemas de engenharia como as rodovias com acesso ao perímetro, aeroportos com pista de pouso, além dos canais de irrigação (Rocha, 2013) que trouxeram benefícios para a fixação das empresas do agronegócio na Chapada do Apodi. De acordo com um dos camponeses atingidos², exemplos das comunidades impactadas foram: Km 69, Km 70, Baixa Vermelha, Ipu, Maracajás e alguns moradores do distrito de Tomé. Dessas comunidades, a que mais sofreu impactos de desterritorialização foi a comunidade do Km 69, de onde os(as) camponeses(as) foram expulsos a partir da chegada de empresas do ramo do agronegócio. Na área onde se localizava a comunidade, que chegou a possuir um total de 70 famílias (Freitas, 2010), hoje só existem ruínas.

O Projeto Jaguaribe-Apodi significou, desde o primeiro momento, a separação do agricultor do seu meio de reprodução social, ou seja, a terra. Esta não apenas como terra de moradia, mas também terra de produção. Diferentemente do que ocorrera no PIMN, que, apesar dos problemas em relação a preços baixos pagos nas áreas desapropriadas, previa o reassentamento (moradia) das famílias na área do projeto. A expropriação, que se refere à exclusão do acesso à terra, pode ser considerada como a primeira forma de desterritorialização. (Freitas, 2010, p. 96).

Freitas (2010) evidencia os profundos impactos sociais e territoriais ocasionados pelo Projeto Jaguaribe-Apodi, que promoveu uma ruptura decisiva entre os agricultores e os meios que asseguravam sua reprodução social, especialmente a terra (Freitas, 2010). Essa separação não se restringiu à perda da terra como espaço de moradia, mas incluiu também a desconexão dos(as) camponeses(as) de seu território produtivo, essencial para sua subsistência e (re)produção do modo de vida camponês. Esse fenômeno é caracterizado como uma forma de desterritorialização, ao desestruturar os vínculos territoriais e simbólicos que fundamentam a vida dessas comunidades.

Mesmo ocorrendo os processos de expropriação, os(as) agricultores(as) iniciaram uma tentativa de reapropriação de seus territórios e boa parte permaneceu enquanto agricultores(as) camponeses(as) (Freitas, 2010), mesmo diante das conflitualidades e das dificuldades que, frequentemente, tais sujeitos precisam enfrentar. Nesse sentido, os modos de vida dos(as) camponeses(as) da Chapada do Apodi foram sendo modificados a partir da territorialização do capital e da chegada do agronegócio vinculados à nova política de irrigação (Freitas, 2010).

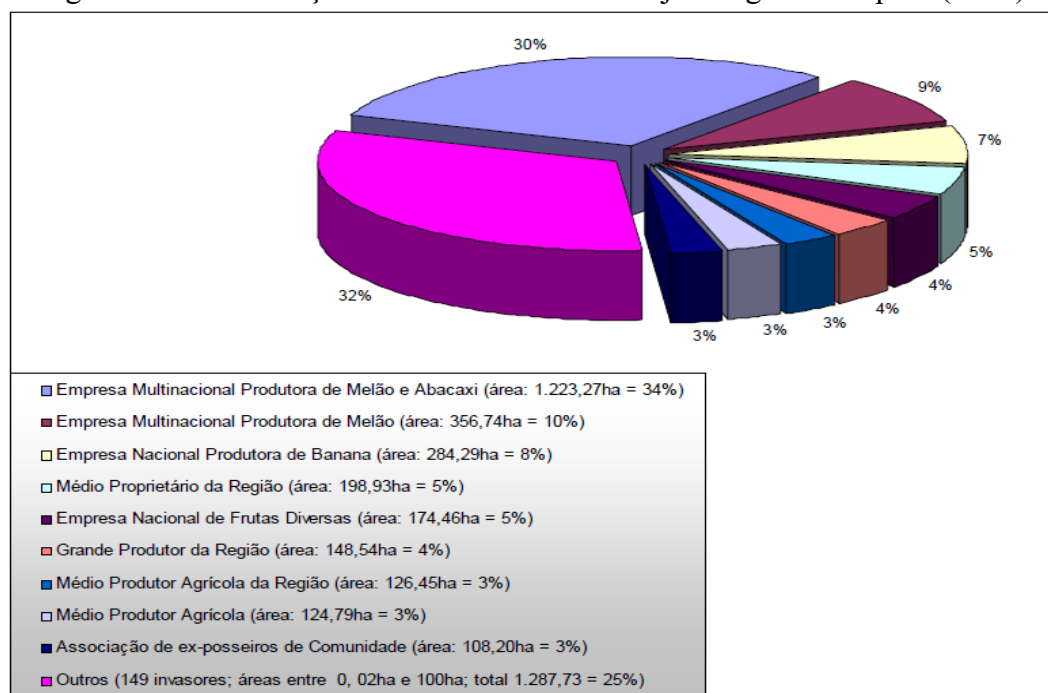
Além da desterritorialização, ressalta-se o processo de apropriação e conflitos de terras, também destacado por Freitas (2010), principalmente por empresas de médio e de grande porte, ocorrendo a partir do arrendamento de terras. Após o levantamento de dados realizados pelo DNOCS, em 2009, constatou-se que a área pertencente ao órgão possui um total de 10.284,26ha e que 4.033,4ha do projeto se encontra com os agentes de empresas nacionais, transnacionais e médios proprietários da própria região (Rigotto; Freitas, 2014). Segundo Freitas (2010):

² Entrevista realizada, durante trabalho de campo, em dezembro de 2018.

Considerando áreas invadidas superiores a 100 ha., apenas quatro empresas (duas nacionais do ramo da banana e outras) e duas multinacionais (abacaxi, melão e banana) somam 57%, o equivalente a 2.038,76ha. A área de 598,71 ha., que representa 15%, encontra-se sob o domínio de médios e grandes produtores agrícolas da região do Baixo Jaguaribe e 3% (108,20 ha.) referem-se à área ocupada pelos ex possesores de comunidades da Chapada do Apodi. As áreas restantes, inferiores a 100 hectares (1.287,73 ha.) estão distribuídas com 149 invasores (instituições governamentais, pequenos, médios e grandes produtores etc.), representando 25% da área total (4.033,40ha) (Freitas, 2010, p. 109).

Na figura 02, podemos observar as áreas que o DNOCS reconhece que foram apropriadas indevidamente (a partir de processos de grilagem).

Figura 02 – Distribuição da área invadida do Projeto Jaguaribe-Apodi (2009)



Fonte: Freitas (2010).

Percebe-se, diante da figura acima explicitada, que a área de uma das empresas multinacionais, que produz melão e abacaxi é de 1.223, 27 ha, a maior área entre os produtores. Esses dados demandam de atualização, pois, além de muitas empresas terem desativado suas áreas (continuando as terras sob o controle destas), houve também novas empresas (destaco as de médio porte) que se apossaram de parte do território que compreende a área do PIJA.

Desses processos de conflitualidades, observa-se que esse modelo de (des)envolvimento agrícola trouxe importantes transformações no território, impulsionando significativos conflitos por terra e impactos socioambientais, principalmente pela utilização de agrotóxicos e outros insumos químicos na produção da fruticultura irrigada por empresas do agronegócio (Marinho, 2010). De acordo com Silva (2014):

A região também é marcada por um contexto de mobilização social de denúncias, pressão social e resistência, em que as comunidades atingidas e os movimentos sociais desencadeiam ações pela reapropriação do território, seja por meio da conquista de assentamentos de reforma agrária, seja em forma de resistência e consolidação de outros processos produtivos, como é o caso da agroecologia e da agricultura familiar/camponesa. Por outro lado, várias denúncias envolvendo as temáticas da contaminação ambiental por agrotóxicos e seus efeitos na saúde, dos problemas sociais, das condições de trabalho e das questões fundiárias têm gerado um contexto de conflitos socioambientais entre comunidades camponesas e empresas produtoras de frutas nessa região (Silva, 2014, p. 41).

A partir do exposto acima, compreende-se a dinâmica contraditória presente na região, onde coexistem processos de mobilização social e resistência camponesa atrelados a intensos conflitos e conflitualidades socioambientais. De um lado, as comunidades atingidas, em articulação com movimentos sociais, buscam retomar o controle sobre o território, seja por meio da luta por assentamentos de reforma agrária ou pela adoção de práticas sustentáveis de produção, como a agroecologia e a agricultura camponesa familiar (Silva, 2014). De outro lado, proliferam-se denúncias relacionadas à contaminação ambiental por agrotóxicos, aos impactos na saúde, às condições precárias de trabalho, aos problemas sociais e às disputas fundiárias.

O agronegócio da fruticultura teve, portanto, suas inúmeras consequências, começando pela densa migração de pessoas em busca de trabalho nas grandes empresas, contribuindo para o crescimento estratégico de base capitalista, que se configura enquanto desarticulação, nos municípios que compõe a Chapada do Apodi, aumentando a prostituição, a violência e o uso de drogas lícitas e ilícitas, como também o uso intenso de agrotóxicos (Lima, 2012).

Portanto, o território da Chapada do Apodi passa por intensas modificações estruturais, sociais e culturais, vinculadas desde a chegada de colonos até a instalação de grandes empreendimentos, atraídos pela infraestrutura e incentivos do PIJA, os quais viabilizam a produção agrícola em larga escala, a manutenção de monoculturas, além do incentivo à utilização de produtos químicos nas lavouras, como fertilizantes químicos, agrotóxicos, sementes geneticamente modificadas, etc. Percebe-se uma modificação estrutural e social que trouxe diversas características próprias de uma agricultura capitalizada.

Diante desse contexto de vulnerabilização destacado, encontram-se as resistências ativas contra este modelo produtivo-destrutivo que ameaça a vida dos(as) camponeses(as) e dos bens comuns. O processo de resistência começou com um líder ambientalista, chamado José Maria (ou mais conhecido como Zé Maria do Tomé). No dia 21 de abril de 2010, Zé Maria do Tomé foi assassinado com 25 tiros de revólver no Sítio Tomé, em Limoeiro do Norte, na Chapada do Apodi. Ele havia denunciado o uso indiscriminado de agrotóxicos; o não cumprimento da Lei nº 1.278/2009 (proibição da pulverização aérea no município de Limoeiro do Norte); as grilagens de terras públicas no perímetro irrigado Jaguaribe-Apodi e a expulsão de agricultores.

Um empresário agrícola da região e seu gerente foram acusados, pelo Ministério Público do Ceará - MPCE, de serem os mandantes do crime. O MPCE também denunciou dois colaboradores, acusados de terem prestado apoio ao executor. O atirador morreu antes do oferecimento da denúncia, enquanto um dos colaboradores faleceu no curso do processo³.

A partir de então, a insurgência dos movimentos sociais diante das atrocidades cometidas pelas empresas do agronegócio e pelo próprio Estado tornam-se mais evidentes. Em nota, no site da Cáritas⁴, o Movimento 21⁵ destaca que:

No dia 21 de abril de 2017 completará 7 anos da morte de Zé Maria do Tomé. Um assassinato bárbaro que tirou a vida de uma liderança comunitária, cujas ações se voltaram para a denúncia das atrocidades das empresas do agronegócio e da atuação predatória do Estado [...] Os problemas socioambientais que motivaram a luta de Zé Maria do Tomé se intensificaram nos últimos anos, inclusive com muitos casos de morte de trabalhadores rurais em virtude da contaminação por agrotóxicos. O aumento da incidência de câncer em trabalhadores do agronegócio e das populações do entorno dos projetos públicos de irrigação tornou-se um problema gravíssimo. As violações de direitos constituem a regra de atuação do Estado e das

³ Em 2017, a 2ª Câmara Criminal do TJCE despronunciou os supostos mandantes, mantendo o júri apenas para o único colaborador vivo. Em 10 de outubro de 2024, esse réu foi condenado a 16 anos de prisão pelo homicídio de Zé Maria do Tomé. Fonte: <https://www.brasildefatoce.com.br/2024/10/10/acusado-de-intermediar-a-morte-de-ze-maria-do-tome-e-condenado-a-16-anos-de-prisao> acesso em 26/11/2024.

⁴ A Cáritas é uma organização vinculada à igreja católica que atua em ações de solidariedade e em prol de pessoas e comunidades em situação de vulnerabilidade.

⁵ Movimento social que engloba a região do Baixo Jaguaribe e que vincula entidades diversas, tanto a nível acadêmico, como a nível social.

empresas do agronegócio. Estão sendo violados os direitos: à participação política; à terra, ao território e à cultura; à água; ao meio ambiente; ao trabalho; à saúde. A decisão do Tribunal de Justiça do Ceará (TJCE), se confirmada em favor dos réus, legitimará todas as violações de direitos que vêm ocorrendo na região.

Os problemas na Chapada do Apodi que motivaram a luta de Zé Maria do Tomé se intensificaram e impulsionaram ações de entidades organizacionais, nos últimos anos, inclusive por motivos de casos de morte de trabalhadores(as) rurais contaminados por agrotóxicos e outros problemas relacionados à questão do uso da terra e da água. Após a morte de Zé Maria do Tomé, todos os anos, no dia 21 de abril, é realizado em Limoeiro do Norte um ato – a Romaria da Chapada, como forma de manifestação contra as injustiças trazidas pelas empresas do agronegócio na Chapada do Apodi, e na região do Baixo Jaguaribe como um todo, além de trazer à tona o caso de Zé Maria do Tomé, buscando a justiça contra o crime cometido ao líder ambientalista.

A partir dos processos de apropriação de terras, de culturas e de saberes, da exploração dos(as) camponeses(as), das violências instauradas com o capital vinculado ao modelo de produção do agronegócio, as forças das lutas populares em defesa da vida, do ambiente e do direito à terra têm se intensificado, principalmente a partir das resistências de sujeitos e de instituições que constantemente lutam pela emancipação dos povos e comunidades tradicionais.

TEIAS DE RESISTÊNCIA: ARTICULAÇÕES ENTRE SUJEITOS E INSTITUIÇÕES NOS MOVIMENTOS SOCIAIS CONTRA O AGRONEGÓCIO NA CHAPADA DO APODI, CEARÁ

Diante das conflitualidades promovidas pelo agronegócio na Chapada do Apodi, formaram-se diversas maneiras de resistência frente aos ataques a camponeses e camponesas que passam por problemas relacionados à terra, à água e à saúde. A construção do “lugar social dos camponeses” está intimamente ligada às lutas e às resistências presentes em diferentes espaços e que segue momentos históricos (Fabrini, 2008).

A organização dos camponeses nos movimentos sociais permitiu a eles importantes conquistas. Neste sentido, os movimentos sociais se tornaram paradigmáticos na realização de lutas e passaram a ser considerados a forma mais eficiente de resistência dos camponeses. Mas, ao ser reconhecido como paradigma nas lutas camponesas, os movimentos não devem ser absolutizados ou exclusivos, como se tivesse o monopólio das lutas no campo. A resistência camponesa não se limita à ação/organização nos movimentos sociais, ou seja, as lutas camponesas não devem ser interpretadas somente na esfera dos movimentos sociais: o “movimento camponês” é mais amplo do que os “movimentos sociais” (Fabrini, 2008, p. 239).

Logo, compreende-se que, no movimento camponês, há um conjunto de relações que se erguem como resistência à dominação do capitalismo e, mais especificamente, ao agronegócio. O movimento camponês se destaca pela dinâmica que se dá na produção camponesa (Fabrini, 2008); vai desde as suas formas produtivas e suas relações autocentradas; a autonomia nos processos e o controle das produções; além da coletividade, da solidariedade, dos vínculos que são estabelecidos, dentre outros. Esses processos se configuram como resistência dos(as) camponeses(as) partindo da força dos territórios.

Ao conjunto de desdobramentos das resistências dos(as) camponeses(as) somam-se os movimentos sociais para sustentar o modo de construção dos enfrentamentos à ordem dominante (Fabrini, 2008), própria do modo capitalista de produção. Camacho (1987) compreende os movimentos sociais enquanto:

[...] uma dinâmica gerada pela sociedade civil que se orienta para a defesa de interesses específicos. Sua ação se dirige para o questionamento, seja de modo fragmentário ou absoluto, das estruturas de dominação prevaletentes, e sua vontade implícita é transformar parcial ou totalmente as condições de crescimento

social. [...] Há movimentos sociais que representam os interesses do povo, assim como há os que reúnem setores dominantes do regime capitalista, os quais não têm interesse em questionar de modo absoluto, nem transformar totalmente as estruturas de dominação. [...] Podemos dizer, então, que os movimentos sociais têm duas grandes manifestações: por um lado, aqueles que expressam os interesses dos grupos hegemônicos, e por outro lado, os que expressam os interesses dos grupos populares. Os movimentos sociais do segundo tipo são os que conhecemos como movimentos populares (Camacho, 1987, p. 216).

O objetivo de compreender a questão do movimento social dar-se-á pela dinâmica dos movimentos sociais populares, que dialogam com os interesses do povo e resistem aos setores dominantes do regime capitalista. De acordo com Fernandes (2000), os movimentos sociais “[...] constroem estruturas, desenvolvem processos, organizam e dominam territórios das mais diversas formas” (Fernandes, 2000, p. 60). Além disso, os movimentos sociais também podem receber apoio de diversas entidades, como pastorais de igrejas, sindicatos, organizações não governamentais e partidos políticos. Fabrini (2008) destaca o conceito de movimento social como:

...manifestações organizadas da sociedade civil com o objetivo de contestar a ordem estabelecida e a maneira como a sociedade está organizada. Eles estão presentes na luta por grandes transformações da sociedade, tais como luta por mudanças no sistema econômico e modo de produção, bem como reivindicações localizadas e ligadas à cidadania e garantia de direitos. Assim, as ações coletivas contemporâneas realizadas nos movimentos podem ser manifestações dos operários pela melhoria das condições salariais e de trabalho luta dos camponeses pela terra, bem como os movimentos de natureza cultural, étnica, etária etc. (Fabrini, 2008, p. 240).

Por conseguinte, verifica-se que, a formação de um movimento social exige uma forte expressão coletiva dos diferentes grupos para a transformação das realidades que são impostas pelos modelos de (des)envolvimento. Scherer-Warren (1987) destaca que os movimentos sociais podem ser compreendidos como ações coletivas que dialogam com os contextos históricos e sociais em que estão incorporados. A autora afirma ainda que, um mesmo movimento social pode apresentar diversas dimensões. Manifestam-se na forma de denúncia e protesto, cooperação e parceria para solução de problemas sociais e construção de projetos alternativos e de mudanças.

Scherer-Warren (1987, p. 50) ainda destaca que os movimentos sociais estão se construindo a partir de uma identidade em torno dos seguintes aspectos principais:

- 1) Reação às formas autoritárias e de repressão política, propondo democracia direta sempre que possível e de base ou representativa em contextos mais gerais, além de questionar os próprios critérios de distribuição do poder;
- 2) Reação às formas centralizadoras do poder, defendendo autonomias locais e sistemas de autogestão;
- 3) Reação ao caráter excludente do modelo econômico adotado no país, encaminhando novas formas de vida mais comunitária.

Desse modo, a existência de um movimento social caracteriza uma rede que se forma dentro das características e objetivos de cada movimento social. De acordo com Goss e Prudencio (2004), que dialogam com seus ideais a partir do pensamento de Scherer-Warren (1987), entende-se o movimento social através de redes, em que “o padrão organizacional da ação coletiva contemporânea é a rede de movimentos, uma rede de grupos compartilhando uma cultura de movimento e uma identidade coletiva” (Goss; Prudencio, 2004, p. 81). Essas redes sociais são complexas e conectam, simbolicamente, sujeitos sociais e atores coletivos e são partes constitutivas dos movimentos sociais (Goss; Prudencio, 2004).

No Brasil, os movimentos sociais começaram a emergir no período pós-golpe civil e militar de 1964, criando fortes resistências à ditadura e ao autoritarismo estatal, sendo conduzido principalmente por movimentos estudantis e que eram denominados de “movimentos populares” (Scherer-Warren, 2007). Ou seja, além de pautas específicas de cada movimento social, estes também se opunham principalmente às questões envolvendo o Estado. Isto foi criando diretrizes para a autonomia da organização política em relação às estruturas governamentais impostas nesse período. Após a emergência das organizações sociais desse momento, diversas outras pautas começaram a surgir no Brasil, tais como: ambientalistas, feministas, indígenas, camponeses, quilombolas, etc. Os movimentos sociais tornaram-se mais amplos e com objetivos mais fortificados, constituindo-se em torno de identidades e na formação de coletivos, conforme analisado por Fernandes (2005).

Do mesmo modo que alguns movimentos transformam espaços em territórios, também se territorializam e são desterritorializados e se reterritorializam e carregam consigo suas territorialidades, suas identidades territoriais constituindo uma pluriterritorialidade. A transformação do espaço em território acontece por meio da conflitualidade, definida pelo estado permanente de conflitos no enfretamento entre as forças políticas que procuram criar, conquistar e controlar seus territórios. Os territórios se movimentam também pela conflitualidade. O território é espaço de vida e morte, de liberdade e de resistência. Por essa razão, carrega em si sua identidade, que expressa sua territorialidade (p. 278).

O autor traz a reflexão do dinamismo do território como uma construção social e política em constante transformação. Os movimentos sociais, ao se territorializarem, estabelecem conexões identitárias com o espaço, criando territórios que refletem suas lutas, resistências e modos de vida. Contudo, esse processo não é estático; os movimentos também enfrentam desterritorializações, em processos que envolvem as conflitualidades (Fernandes, 2005).

Ou seja, é a partir dos conflitos permanentes, nos quais forças políticas disputam poder e controle, que o território se torna um espaço não apenas de sobrevivência, mas de resistência, liberdade e luta, carregando uma identidade que reflete a essência e os objetivos dos grupos que o reivindicam. Nesse sentido, analisando os movimentos sociais na Chapada do Apodi, compreende-se que estes têm um fortalecimento, em contraponto às ações políticas caracterizadas pela centralidade das decisões e hierarquização ao poder do Estado e do agronegócio.

É possível verificar entre os(as) camponeses(as) da Chapada do Apodi, diversas formas de resistências que se constituem a partir de ações locais e laços comunitários/coletivos e onde é possível compreender a territorialidade dos camponeses e as resistências que são localmente construídas. A partir disto, a ação destes sujeitos se amplia através dos movimentos, como veremos mais adiante. O território da Chapada se constituiu como base de ação das resistências organizadas. Na contramão do modelo neoextrativista que impera nos moldes capitalistas de produção, vemos a articulação de diversas entidades que buscam a libertação. Surge, um ano após a morte de Zé Maria do Tomé, o Movimento 21 que, de acordo com Rigotto *et al* (2011):

Dialeticamente, a violência e o medo foram convertidos em maior unidade, articulação e ação entre os diferentes sujeitos, movimentos e entidades, constituindo o Movimento 21, que mostrou seu vigor na celebração da memória de um ano do assassinato do Zé Maria, no 21 de abril de 2011 (...) A partir de suas experiências, o Movimento 21 propôs a adoção da proposta de sistematização organizada por Oscar Jara Holiday (2006) e foi formada uma equipe mista entre pesquisadores e sujeitos deste coletivo, que trabalham há cerca de dez meses na sistematização dos resultados da pesquisa, identificam mitos e elementos que podem desconstruí-los para aprofundar as competências argumentativas (Santos, 2009) para a luta e a resistência (Rigotto *et al*, 2011, p. 13).

O movimento 21 é uma articulação política organizada e formada por vários grupos, instituições, organizações, etc., destacam-se: Cáritas Diocesana Limoeiro do Norte; Associação

dos Moradores do Tomé; Sindicato dos Funcionários públicos de Limoeiro do Norte; Rede Nacional de Advogados e Advogadas Populares (RENAP); CSP - Conlutas e, grupos acadêmicos, envolvendo professores(as) e estudantes da Universidade Federal do Ceará (UFC), através do Núcleo TRAMAS - Trabalho, Meio Ambiente e Saúde e da Universidade Estadual do Ceará (UECE), pelo envolvimento da Faculdade de Filosofia Dom Aureliano Matos (FAFIDAM), através do Laboratório de Estudos da Educação do Campo (LECAMPO), localizado no município de Limoeiro do Norte.

Além disso, existem hoje outras entidades, instituições e organizações que se integraram, posteriormente, ao Movimento 21(ou M21). Destacamos: Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST); Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB); Organização Popular (OPA); Central Única dos Trabalhadores (CUT); Federação dos Trabalhadores no Serviço Público Municipal do Estado do Ceará (FETAMCE); Comissão Pastoral da Terra (CPT); Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (STTR – Limoeiro do Norte e Apodi – Rio Grande do Norte); Grupo de Pesquisa e Articulação Campo, Terra e Território (NATERRA) da Universidade Estadual do Ceará (UECE), campus Fortaleza; Escola Família Agrícola Jaguaribana (EFA); Movimento de Mulheres do Vale do Jaguaribe (MMVJ); Fórum de Convivência com o Semiárido do Vale do Jaguaribe; e Pastorais Sociais.

Nesse momento de junção e preocupação com as conflitualidades que se destacam na Chapada do Apodi, fez-se necessário uma maior atenção com as formas de comunicação do conhecimento científico produzido pelo M21, para que os sujeitos locais possam apropriar-se de tais pesquisas. Em consequência, o Movimento 21 se propõe a adotar propostas de sistematização das pesquisas, como também se formou uma equipe em que se destacam pesquisadores(as) e sujeitos desse movimento coletivo. De acordo com Carvalho e Mendes (2014):

O enfoque nas práticas pedagógicas do M21 inaugura um olhar sobre a questão a partir dos princípios da educação do campo e do ecossocialismo, no qual não somente se evidencia seus aprendizados e a resistência destes sujeitos sociais, mas a importância de articulação de sujeitos diversos e seus saberes específicos nos enfrentamentos vivenciados. Nesta perspectiva, impõe-se a construção de novos papéis e formas de pesquisa dos intelectuais nas quais se constroem saberes em diálogo com os movimentos sociais bem como uma epistemologia da resistência à morte, mediante criação de uma ciência para a vida digna de todos e todas. Esperamos trazer luzes à temática e dialogar com outros movimentos que se ponham na perspectiva emancipatória (Carvalho; Mendes, 2014, p. 48).

O M21 trouxe em seu cerne a reação ao avanço do capital na Chapada do Apodi, materializado pelas grandes empresas do ramo da fruticultura irrigada. Podemos citar algumas atividades realizadas pelo M21: realização de pesquisas na região; realização de cursos juntamente com as comunidades da Chapada do Apodi; reuniões com os(as) integrantes do movimento; audiências públicas; atos e manifestações; eventos e oficinas etc.

As comunidades da Chapada do Apodi que resistiram com as práticas da agricultura camponesa, viram seus modos de vida serem modificados drasticamente (Carvalho; Mendes, 2014). Muitos(as) trabalhadores(as) tiveram de se submeter aos processos de desenvolvimentismo trazidos pelo discurso do agronegócio e pela cultura do medo que se instalou nos territórios, após à territorialização do capital na Chapada do Apodi, como o “medo das pessoas perderem o emprego, medo de falar sobre o mal dos agrotóxicos, o medo de se organizar para resistir [...]” (Carvalho; Mendes, 2014, p. 54).

Na contramão do medo que se instalou no território, membros do M21 procuram sempre encorajar as comunidades da Chapada, através de movimentações políticas, de formações políticas, de cursos, dentre outras. Neste sentido, devemos destacar a importância do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) adentrar no Movimento 21. De acordo com Cassundé (2018), o MST do Ceará nas suas reuniões e encontros discutia fortemente a

relevância de disputar territórios irrigados para fins da reforma agrária, por “[...] acreditar ser um grande desrespeito aos camponeses às estratégias do Estado em estruturar todos esses espaços com foco na concentração de terras, riquezas e investimentos, em detrimento dos pequenos agricultores que sofrem com a escassez em territórios fronteiriços (Cassundé, 2018, p. 106)”.

Na realidade empreendida na Chapada do Apodi, os trabalhos de base, que estavam sendo definidos pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST), foram se materializando, de maneira mais completa, a partir das denúncias que se estabeleceram com relação aos impactos à saúde, a terra e à água. A partir desse momento, viu-se a necessidade de tecer articulações para criar uma contínua consciência da necessidade de se organizar. Sendo assim, as organizações sociais, as pastorais, as entidades, os(as) pesquisadores(as) das universidades e demais organizações solidificaram ainda mais as denúncias, os atos e os protestos nos territórios da Chapada. Soma-se a isto, o medo e o repúdio, além da necessidade de lutar por justiça diante do assassinato de Zé Maria do Tomé.

Nesse contexto de conflitualidades e lutas, destaca-se a construção da proposta do Centro de Referência em Saúde do Trabalhador Rural e Ambiental Zé Maria do Tomé (CERESTA), localizado em Limoeiro do Norte, através da Portaria do Ministério da Saúde n. 41/2012 (Movimento 21, 2017). O CERESTA foi construído juntamente com os sujeitos sociais e políticos que integram o M21, com o intuito de prestar assistência àqueles(as) que se encontram em processos de vulnerabilidade perante o adoecimento – causado principalmente pelos agrotóxicos. O projeto não teve sua completa realização até o momento, em função do governo do estado não ter assegurado os trâmites para a criação deste (Silva; Freitas, 2018).

Dentro desse contexto, surge, então, a necessidade de estudar a região com mais afinco, continuar os trabalhos de base nas comunidades da Chapada do Apodi (com camponeses e camponesas) e adjacências, fortalecidos pela Igreja (Cáritas Diocesana de Limoeiro do Norte).

A instalação do perímetro Irrigado Jaguaribe-Apodi, na Chapada do Apodi, veio acompanhada de um completo descaso às(aos) camponeses(as), os quais foram expropriados para a instalação desta obra, além da desigual distribuição da área entre grandes empresas e pequenos(as) produtores(as).

Após a compreensão do M21 e dessa teia integrada dos movimentos sociais e das repercussões de resistências contra ao agronegócio no território da Chapada, observa-se todo o processo de conflitualidades premeditadas pelo Estado e materializadas pela instalação de empresas do agronegócio, o que propiciou o ataque direto às comunidades da Chapada do Apodi.

Diante dos desafios impostos pelo avanço do capital no campo, é fundamental valorizar as vozes dos movimentos sociais e as diversas formas de organização que emergem como forças propulsoras na superação das adversidades enfrentadas no cotidiano. Esses movimentos desempenham um papel crucial nas lutas por reforma agrária, na defesa de projetos que defendam a natureza e os bens comuns e no fortalecimento da agricultura familiar camponesa.

Embora a permanência em um cotidiano de luta seja repleta de dificuldades, os movimentos sociais do campo têm sido fundamentais para mobilizar e fortalecer coletivos em constante transformação, que resistem ao modelo hegemônico de produção e buscam alternativas que promovam o diálogo junto à sociedade. Nesse sentido, a constituição e consolidação dessas redes de resistência se mostram imprescindíveis para a construção de territórios saudáveis e livres das injustiças que são empreendidas pelo avanço do capital no campo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir dos processos de apropriação de terras, de culturas e de saberes, da exploração dos(as) camponeses(as), das violências instauradas com o capital vinculado ao modelo de produção do agronegócio, as forças das lutas populares em defesa da vida, do ambiente e do direito à terra têm se intensificado, principalmente a partir das resistências de sujeitos e de instituições que constantemente lutam pela emancipação dos povos e comunidades tradicionais.

Ao longo deste artigo, observa-se a importância das redes de sujeitos e instituições dos movimentos sociais de resistência ao avanço do agronegócio na Chapada do Apodi, Ceará. Nesse sentido, foi possível compreender a importância dessas teias de resistência na proteção dos interesses individuais e coletivos, incluindo os bens comuns, a agricultura familiar camponesa e os direitos das comunidades tradicionais. Através dessas articulações, os movimentos sociais conseguem fortalecer sua capacidade de mobilização, diálogo e ação, enfrentando os desafios impostos pelo avanço do agronegócio na Chapada do Apodi.

Além disso, visibilizar as articulações entre diferentes sujeitos sociais pode promover uma maior conscientização sobre as injustiças e desigualdades associadas ao modelo agrícola destrutivo que é predominante. A pesquisa demonstra que vem ocorrendo na Chapada do Apodi, não somente o controle da terra, mas também o da água e do território, por parte das empresas do agronegócio, garantindo seus interesses mercadológicos, em detrimento da qualidade de vida da população e da natureza. Entretanto, apesar dos ataques do agronegócio, e da ausência de atuação por parte do Estado, as comunidades camponesas da Chapada do Apodi resistem e lutam por melhores condições de vida e contra o modelo hegemônico do agronegócio.

REFERÊNCIAS

AGÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO DO ESTADO DO CEARÁ. **Perímetros públicos irrigados do Ceará**. Fortaleza, 2011.

CAMACHO, D. Movimentos sociais: algumas discussões conceituais. In: SCHERER-WARREN, I.; KRISCHKE, P. (orgs.). **Uma Revolução no Cotidiano?** Os novos movimentos sociais na América Latina. São Paulo, Brasiliense, 1987. p. 214-245.

CARVALHO, S. M. G. de; MENDES, J. E. Práxis educativa do Movimento 21 na resistência ao agronegócio. **Interface: a journal for and about social movements**, São Paulo, n. 1, v. 6, p. 45-73, 2014.

CASSUNDÉ, J. R. de O. **Territorialização e resistência de “camponeses irrigantes” na Chapada do Apodi – Ceará**. 2018. 180f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Territorial na América Latina) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.

CAVALCANTE, L. V. **“As firmas tomaram conta de tudo”**: agronegócio e questão agrária no Baixo Jaguaribe – CE. 2019. 397f. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2019.

ENES, Eliene Nery Santana; BICALHO, Maria Gabriela Parenti. Desterritorialização/reterritorialização: processos vivenciados por professoras de uma escola de Educação Especial no contexto da educação inclusiva. **Educação em Revista**, v. 30, p. 189-214, 2014.

FABRINI, J. E. Movimentos sociais no campo e outras resistências camponesas. In: PAULINO, E. T.; FABRINI, J. E. (orgs). **Campesinato e territórios em disputa**. São Paulo: Expressão Popular, 2008. p. 239-272.

FERNANDES, B. M. Movimento social como categoria geográfica. **Terra Livre**, n. 15, p. 59-85, 2000.

FERNANDES, B. M. Questão agrária: conflitualidade e desenvolvimento territorial. In: BUAINAIN, A. (Org.). **Luta pela terra, reforma agrária e gestão de conflitos no Brasil**. Campinas: Editora da Unicamp, 2004.

FERNANDES, B. M. Movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais: Contribuição teórica para uma leitura geográfica dos movimentos sociais. In: OSAL: **Observatorio Social de América Latina**. Buenos Aires: CLACSO, 2005.

FREITAS, B. M. C. **Marcas da modernização da agricultura no território do Perímetro Irrigado Jaguaribe-Apodi**: uma face da atual reestruturação socioespacial do Ceará. 2010. 176f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Estadual do Ceará. Fortaleza, 2010.

GOSS, K. P.; PRUDENCIO, K. O conceito de movimentos sociais revisitado. **Revista eletrônica dos pós-graduandos em sociologia política da UFSC**, Santa Catarina, n. 01, v. 02, p. 75-91, 2004.

HAESBAERT, R. **Dos múltiplos territórios à multiterritorialidades**. Porto Alegre, p. 16, 2004.

LIMA, F. L. da S. **A experiência do trabalhador da fruticultura no município de Quixeré-Ceará (1996-2010)**. 2012. 58f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) – Universidade Estadual do Ceará. Limoeiro do Norte, 2012.

MARINHO, A. M. C. P. **Contextos e contornos da modernização agrícola em municípios do Baixo Jaguaribe – Ce**: o espelho do (des)envolvimento e seus reflexos na saúde, trabalho e meio ambiente. 2010. 245f. Tese (Doutorado em Saúde Pública) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

MINAYO, M. C. de S.; DESLANDES, S. F.; GOMES, R. **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. Rio de Janeiro: Vozes, 2016.

PONTES, A. G. V. et al. Os perímetros irrigados como estratégia geopolítica para o desenvolvimento do semiárido e suas implicações à saúde, ao trabalho e ao ambiente. **Ciência e Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v.18, n.11, p. 3213-3222, 2013.

RIGOTTO, R. M. (Org.). **Agrotóxicos, trabalho e saúde**: vulnerabilidade e resistência no contexto da modernização agrícola no Baixo Jaguaribe/CE. Fortaleza, Edições UFC, 2011.

RIGOTTO, R. M.; FREITAS, B. M. C. **Dossiê Perímetros Irrigados**: Perímetros Irrigados e a expansão do agronegócio no campo: quatro décadas de violação de direitos no semiárido. 2014. Disponível em: <<http://dossieperimetrosirrigados.net/>>. Acesso em: 12 dez. 2018.

ROCHA, M. M. R. **Das águas que calam às águas que falam:** opressão e resistência no curso das representações da água na Chapada do Apodi/CE. 2013. 230f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente) – Universidade Federal do Ceará. Fortaleza, 2013.

SANTOS, M. **Por uma outra globalização.** Rio de Janeiro: Record, 2000.

SANTOS, M. **Metamorfoses do espaço habitado:** fundamentos teóricos e metodológicos da geografia. São Paulo: EDUSP, 2008.

SANTOS, M. **A natureza do espaço:** técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: Editora EDUSP, 2014.

SCHERER-WARREN, I. O caráter dos novos movimentos sociais. In: SCHERER-WARREN, I.; KRISCHKE, P. (Orgs.). **Uma Revolução no Cotidiano?** Os novos movimentos sociais na América Latina. São Paulo, Brasiliense, 1987. p. 35-53.

SCHERER-WARREN, I. Movimentos sociais no Brasil contemporâneo. **História:** debates e tendências, v. 07, n. 1, p. 09-21, 2007.

SILVA, M. de L. V. da. **Gritos, silêncios e sementes:** as repercussões do processo de des-reterritorialização empreendido pela modernização agrícola sobre o ambiente, o trabalho e a saúde de mulheres camponesas na Chapada do Apodi/CE. 2014. 364f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2014.

SILVA, M. de L. V. da.; FREITAS, B. M. C.; A insurgência dos sujeitos sociais e políticos no contexto de conflitos territoriais e ambientais na Chapada do Apodi. In: RIGOTTO, R. M.; AGUIAR, A. C. P.; RIBEIRO, L. A. D. (Orgs.). **Tramas para a justiça ambiental:** diálogo de saberes e práxis emancipatórias. Fortaleza: Edições UFC, 2018. p. 495-536.

VASCONCELOS, T. S. L. **“Por onde andam os coqueirais?” Os territórios tensionados e as tensões territoriais no estado do Ceará.** 2015. 312f. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2015.